

lixo do noroeste do estado. Problemas que vêm de muitos anos para cá. Por exemplo, investimentos que o estado fez se não me engano na destinação do lixo no Noroeste do estado, de alguns milhões de reais em 2011. E até hoje esse processo não se renovou. Tivemos agora lá uma série - e estamos tendo até nesses dias - uma série de problemas com municípios inundados no estado, onde não se tem, naquela região noroeste, uma destinação adequada para os resíduos. Quer dizer, o aterro sanitário lá não funciona a contento. Assim como em outras regiões do estado nós temos esse problema, vamos dizer, numa condição ainda muito precária. Em alguns outros locais a gente já conseguiu avançar bem. Então, temos cobrado essa questão da recuperação e da melhor efetividade da destinação dos resíduos sólidos. Aí eu estou fazendo esse comentário e nós estamos falando de uma reunião de saneamento. Se a gente não faz uma destinação correta do lixo, a gente sabe tudo o que acontece. E a gente vê essas imagens todos os dias aí. Infelizmente ontem nós tivemos mais um problema grave no estado sobre essa questão. A implantação da logística reversa, com ato declaratório de embalagens, um plano de metas de investimento na logística reversa. A gente tem buscado... Ainda ontem, nove horas da noite, eu estava na secretaria tratando de resgatar um processo que se perdeu do ano passado para cá, que é um acordo, através inclusive de um TAC que a gente estava levantando. Parece que esse TAC já estava assinado lá. Eu, com o nosso subsecretário... Que é um acordo com a Associação de Supermercados para que eles possam estar investindo nesse caso, aqui na Baía de Guanabara, para fazer um recolhimento de resíduos da Baía de Guanabara com recursos do TAC, ou com o próprio investimento dessa Associação, que não geraria despesa com recursos públicos, para que... Já que essa logística reversa... Já que, nesse caso, os supermercados produzem bastante resíduos. A elaboração dos planos municipais de saneamento e de resíduos sólidos. Depois eu vou passar a palavra aqui para os técnicos, para a Diane, que é nossa subsecretária de recursos hídricos. Tem uma larga experiência.

Eu digo, deputado Gustavo, que Deus me ajudou muito quando o governador me chamou para essa missão. Eu tenho muita disposição para trabalhar. Eu quero fazer o melhor possível, direito. Eu não sou mágico, mas eu consegui, graças a Deus, ter pessoas técnicas em setores fundamentais trabalhando. Uma delas é a Diane, que é a nossa subsecretária de recursos hídricos. Vai poder falar um pouquinho para vocês aí. Nós aplicamos mais de sessenta milhões repassados aos comitês do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. A Diane vai poder falar um pouquinho sobre isso. Eu gostaria de falar também sobre a competência do saneamento. Eu vou pular essa parte porque nós não estamos aqui para estar... A gente sabe que a competência do saneamento é municipal. Mas esse problema já existe há muito tempo. Eu acho que, nessa audiência aqui, a gente tem que colocar o que a secretaria, que não é a secretaria... É a secretaria responsável pela parte da política, dos projetos, mas nós não temos condição de executar tudo. A Companhia de Água e Esgoto, a Ceda, tem a sua responsabilidade. E a Ceda não está abaixo do guarda-chuva da nossa secretaria. E se faz uma confusão com isso. Porque, quando aconteceu inclusive esse problema que nós... Graças a Deus, já estamos aí num momento melhor, ultrapassando. As pessoas falam: "Mas o problema da Ceda é da secretaria..." A secretaria trata das políticas, o Inea trata do monitoramento da água, mas a Ceda, no organograma, ela não está abaixo da secretaria. Então, cada um tem as suas competências de ação. E eu quero, já para entrar numa apresentação, que, pela quantidade, deputado, de pessoas que estão aqui nesta reunião, eu vou pedir a você, Claudino, que seja sucinto. Eu sei que a apresentação demora um tempo, mas eu acho que a gente deveria abrir oportunidade para o debate para a gente ouvir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Eu acho até viável, quem tiver interesse - a gente está com a prancheta ali - que faça sua inscrição. E, antes de passar a palavra para o Claudino, eu queria agradecer a presença das atrizes Maitê Proença, Malu Mader, do ator Mateus Solano. É muito importante ter vocês aqui nesta Casa representando a cultura brasileira e defendendo também o saneamento. Muito orgulhoso disso.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Deputado, só para encerrar aqui, o Claudino é um engenheiro responsável pelo Psam, um programa que ele vai apresentar aqui - e quem dera que nós pudéssemos ter esse programa multiplicado aí talvez por cinco ou dez vezes; a gente resolveria o problema de uma forma... Mas exige recursos. E, infelizmente, a gente tem um programa grandioso, mas precisaria se alcançar muito mais do que está alcançando. Então, eu vou... Eu quero passar a palavra... Quero agradecer a presença de todos, de todas as pessoas da sociedade, dizer... A Maitê eu tive a oportunidade de conhecer, falar com você dois minutinhos, com a Malu... O Mateus é que... Vocês são pessoas que... Pessoas públicas que têm grande credibilidade da sociedade. Eu quero convidar, não só vocês, mas todos os nossos presentes aqui, que possam estar com os nossos subsecretários. A secretaria está de portas abertas para a gente discutir os projetos, ouvir as sugestões, ouvir as críticas. A gente está para fazer o melhor trabalho possível. A gente começou faz aí cerca de sessenta dias, e a gente está com muita disposição de resolver. E o governador Witzel tem nos dado - vamos dizer - carta branca para executar as ações. Mas nós temos também, deputado, a questão da legalidade. Então, às vezes, o processo burocrático nos trava um pouco. Gostaria de agradecer esse primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Passar a palavra agora para o dr. Claudino para fazer a sua apresentação, e, logo após, passar a palavra ao dr. Alexandre, promotor de justiça, e na sequência, à subsecretária e aos demais inscrites.

O SR. CLAUDINO E. SANTO - Bom-dia a todos. Bom-dia, deputado Gustavo. É um prazer estar aqui. Eu também tenho um DNA de saneamento, como você sabe. Vivo de saneamento, Ceda, a minha vida inteira. Saúdo o promotor, que é uma pessoa muito querida. Eu me meto muito no Subcomitê da Barra, e todo o grupo lá tem uma admiração muito grande pelo senhor. E o nosso secretário, que me deu, confiou essa missão. Eu estou à frente desse programa não tem nem um mês. Falta pouco para um mês e entendi, conheci o programa e vi a importância desse programa para a população do Rio de Janeiro e para a qualidade do meio ambiente para a gente melhorar a situação da Baía de Guanabara.

Nesse slide, a gente mostra que o programa foi instituído em 2011 pelo Decreto Estadual 42.931. Ele teve início efetivo em 2012. Todo o início do programa foi baseado em recursos, em financiamentos pelo Banco Interamericano, pelo BID. Até o final do ano passado, já tinham sido investidos 481 milhões de reais. Atualmente em curso, três grandes obras. Nós vamos falar delas um pouco mais à frente. E está previsto o início de mais quatro obras ao longo de 2020. O nosso orçamento para 2020 é de 252 milhões. Ali no gráfico nós explicamos os valores investidos ao longo dos anos, desde que o programa começou a funcionar. No último, a última coluna em vermelho, é a previsão para 2020. Nós tivemos um pico de 130 milhões em 2016, uma queda grande naquele cenário de recuperação fiscal do estado, e a nossa expectativa é que, em 2020, a gente atinja esses 252 milhões de investimento. O que é o Psam? O objetivo do Psam é a reversão da degradação da Baía de Guanabara. E o Psam é composto por três componentes: componente 1, que são as obras, obras e projetos de engenharia de saneamento; componente 2, o fortalecimento institucional, relação com as outras instituições, Ceda, Agersa, etc.; e o componente 3, que é a promoção de tarifas públicas. Principalmente, nós atuamos nos planos de saneamento dos municípios. Aí, para a gente ter uma noção da população que vai ser, que está sendo beneficiada pelo programa, a gente começa naquele aro maior mostrando a população do Rio de Janeiro, de dezesseis milhões de habitantes. No seguinte, onze milhões de habitantes nos municípios no entorno da Baía de Guanabara, e os 8,6 milhões de habitantes nos municípios que drenam para a Baía de Guanabara. Então, uma população de 8,6 milhões que lança seus afluentes sanitários na Baía de Guanabara. Objetivo do Psam: num primeiro momento, com os recursos do BID, era atender 550 mil pessoas. No decorrer do tempo, o BID saiu do cenário, e entraram os recursos do Fecam, algumas obras, algumas ações foram ampliadas, e hoje nós devemos chegar a atingir 1.764.000 habitantes desse universo. Hoje são nove ações, nove projetos e obras que o programa tem em tela, em

execução, para executar e execuções futuras. Não vou me ater muito tempo nessa aqui porque nós vamos falar em separado de cada ação dessas. A primeira ação é o sistema de saneamento de Alcântara, que está em curso. Aqui à esquerda nós vemos os dados físicos dessa intervenção, 92 quilômetros de rede coletora, 17.400 ligações domiciliares. Nós vamos deixar de jogar na Baía 1.200 litros por segundo, o que significa dizer que nós deixaremos de aportar na baía 41 piscinas olímpicas/dia de esgoto. Vamos assentar 5,2 quilômetros de troncos coletores, atendendo a população de 165 mil habitantes, com investimento de 418 milhões. Situação atual: no final, nós concluímos o ano de 2019 com a Estação de Tratamento de Alcântara e Elevatória de Alcântara, 46% executados. Rede coletora e ligações: dos 92 quilômetros de rede, já foram implantados 48 quilômetros. E, das dezessete mil ligações, 4.891 já foram executadas. Para 2020, nossa expectativa é atender 85% da estação de tratamento e da elevatória, completar os 92 quilômetros e todas as dezessete mil ligações domiciliares. Previsão de conclusão: abril de 21. Então, essa é a nossa primeira intervenção.

Ilustrativamente, algumas fotos. São fotos recentes, lá no canteiro de obras. Ali são quatro fotos da estação de tratamento. O tronco coletor, na grande parte ele foi executado por método não destrutivo. Poços abertos e uma broca ligando, que é o *shield*, que liga um poço para o outro. Então, com menos impacto nas vias de trânsito. A maior parte é assim. Aí execução das redes coletoras. São redes de diâmetros menores. E aí elas são executadas pelo método tradicional em vala a céu aberto. A segunda obra é o sistema coletor Cidade Nova. Uma obra de uma relevância muito grande, pega essa região aqui do Centro. Estão previstos quatro quilômetros de rede, setecentos litros por segundo de esgoto, 254 piscinas que deixam de serem lançadas na Baía de Guanabara, atendendo uma população de 163 mil habitantes, e um investimento de 188 milhões. Até o final do ano passado, o primeiro trecho foi todo concluído e já está em carga, já está conduzindo 350 litros por segundo. O segundo trecho hoje - eu digo hoje, março - já está praticamente concluído, e devemos inaugurar-lo em final de março próximo e complementarmos os setecentos litros por segundo que a gente deixa de lançar na Baía de Guanabara. Essa vai ser uma entrega bastante significativa aqui para a região. Também algumas fotos ilustrativas. Os poços de serviço para a construção por método não destrutivo. O sistema coletor da Cidade Nova. Vocês podem ver a grandiosidade que é uma obra dessa. A profundidade dos poços. Esse é o método *shield*. E vamos agora para a terceira ação do programa, que é o Tronco Faria Timbó. Essa ação está em início. Ela teve ordem de início em novembro do ano passado, só para a execução dos projetos executivos. No caso desse sistema, a licitação previa que o vencedor da licitação entregasse o projeto executivo previamente, e é na fase que nós nos encontramos. Então, o contrato foi assinado em novembro, como eu já falei, e a gente está na fase de elaboração.

Avanço físico: a previsão... O início de obra efetiva deve acontecer agora em março. Nós estamos já com as licenças já em andamento para que essa obra possa ter início em março. E a expectativa de conclusão é em dezembro de 21. Os dados físicos estão aqui à esquerda, são seis quilômetros de tronco, uma vazão de 1.049 litros por segundo, 36 piscinas diárias, atendendo uma população de 456 mil habitantes. Você vê que é uma área muito mais densa, muito mais habitada, e um investimento de 134 milhões. Em seguida, nós temos o Tronco Coletor de Manguinhos, os dados físicos ali na esquerda. Vamos lá. Esse processo está em fase homologação, porque essa licitação foi feita pela Secretaria de Infraestrutura e esse processo está migrando para a Secretaria do Ambiente, para a gente dar continuidade à execução dessa obra. O início das obras está previsto para maio deste ano ainda, com conclusão em outubro de 21. 4,6 quilômetros, quase 1.300 litros por segundo. São 44 piscinas diárias. Esse já atende uma população maior ainda, de seiscentos mil habitantes e um investimento de 137 milhões. Sistema de Maricá: esse sistema de Maricá, como o seguinte, que é Itaboraí, está previsto no TAC Comperj. Esse TAC prevê que a Petrobras entregue recursos para o estado para algumas ações. Duas dessas ações estão afetas ao nosso programa, que é o sistema de saneamento de Maricá. No nosso escopo está o assentamento de 4,4 quilômetros de coletor, uma vazão de cinquenta litros por segundo, quatro estações elevatórias, quase oito quilômetros de linha de recalque, a interligação ao emissário submarino, que já foi executado. Nós temos que executar o emissário terrestre. E vamos beneficiar sessenta mil pessoas em Maricá com investimento de 48 milhões. Estamos trabalhando no edital de licitação junto com a Sanemar, a empresa de saneamento do Município de Maricá. Está sendo muito interessante isso, porque tem os técnicos lá que conhecem bastante, e a gente está conseguindo avançar bem para conseguirmos um produto que realmente venha a atender ao Município de Maricá. Sistema Itaboraí, também como eu já falei, faz parte do Comperj. Ali nós temos os dados físicos: seis quilômetros, 110 litros por segundo, um investimento de 51 milhões. A gente está trabalhando também na elaboração do edital licitatório. Se tudo acontecer dentro da nossa previsão, em setembro nós devemos estar iniciando essa obra.

Vamos falar agora de três sistemas grandes que o programa vem trabalhando há muito tempo. Dentro do Programa foram produzidos já os projetos executivos para essa obra. O lote 1, que é Caxias leste, com uma previsão de quase noventa quilômetros de rede, 370 litros por segundo, 14.800 ligações domiciliares, sete, quase oito quilômetros de tronco coletor, beneficiando 74 mil pessoas, com investimento de 357 milhões. Os processos executivos, como eu falei, já estão prontos. Isso é muito bom para um processo licitatório, conseguir um orçamento já em cima de um projeto executivo. E estamos trabalhando no edital de licitação. Duque de Caxias oeste, que é o lote 2, com aqueles dados físicos ali. Esse lote 2 e o lote 3, que vamos apresentar em seguida, eles estão dependendo de nós equalizarmos recursos através do BID. As negociações estão acontecendo. Nós temos grande expectativa de que o financiamento do BID seja retomado. Mas essa obra, lote 2 em Caxias e o lote 3, que é em Irajá, estão condicionadas à gente equacionar esse recurso. Então, aqui eu termino o componente 1, que são as ações, os projetos e as obras de saneamento, a parte de engenharia do programa. O componente 2, que é o fortalecimento institucional, foram algumas realizações que o programa entregou ao longo desses anos, desde a sua concepção. Ele investiu na melhoria do laboratório do Inea, aquisição de equipamentos de medição e vazão de rios, diagnóstico para monitoramento e avaliação de efluentes industriais, melhoria para monitoramento da qualidade dos corpos hídricos. Isso junto ao Inea. E o processo, como o secretário falou, no licenciamento, houve um aporte, um recurso grande nesse processo da gente ter um sistema todo digitalizado, um sistema que dá mais velocidade e eficiência nos processos de licenciamento do Inea. Componente 3, são as políticas municipais de saneamento, através da Lei Federal 11.455. Esses, cada município tem que estruturar o seu plano de saneamento. Naqueles seis municípios, a confecção dos planos houve uma participação importante do Psam, e hoje a lei prevê que a quatro anos esses planos de saneamento sejam revistos. Nós estamos exatamente nessa fase e nós queremos também aportar recursos para ajudar os municípios na revisão dos planos de saneamento, principalmente desses seis que foram concebidos dentro do Psam.

Um outro produto bastante interessante que o Psam gera é um banco de dados sobre saneamento. Esse banco de dados está disponível no site do Psam. Ele contempla os sistemas de abastecimento de água e sistemas de abastecimento de esgoto. Então, figuram as adutoras, as estações elevatórias, as captações, as estações de tratamento de água, rede de abastecimento, reservatório, unidade de tratamento, dados que nós vamos progressivamente colhendo junto à Ceda, junto aos municípios para abastecer esse sistema que está franqueado para quem tiver interesse. Inclusive, o Ministério Público já se utilizou dele. Da mesma forma o sistema de esgotamento sanitário, que contempla o nosso banco de dados, os coletores, as estações elevatórias, estações de tratamento e as redes de esgoto. Esse aí a previsão é para 2020. Esse trabalho é constante. Então, toda a informação que a gente busca junto aos municípios, à Ceda, nós vamos abastecendo o nosso sistema.

Só a título ilustrativo também, essa é uma página do nosso site, onde qualquer um que o consulte tem franqueadas essas informações. A título ilustrativo também, são reproduções dos mapas. Claro que aí ele está bem reduzido. Então, por exemplo, aqueles 7.248 quilômetros de rede aparecem como manchas, mas, entrando no site, está todo definido o encaminamento. Ali estão as 170 ETES, as 291 elevatórias de esgoto e os 834 quilômetros de tronco que estão mapeados no nosso sistema. Mesma coisa para o abastecimento de água, mapeados 193 reservatórios, 31 estações de tratamento de água, doze mil quilômetros de rede, 75 estações elevatórias, e ali a classificação da qualidade de água em pontos monitorados pelo Inea. É isso, então. Rapidamente a gente apresentou para vocês o escopo e o trabalho que o Psam desenvolve junto a esses municípios no entorno da Baía de Guanabara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Muito obrigado, dr. Claudino.

Antes de passar a palavra ao dr. Alexandre e à nossa subsecretária, queria conceder a palavra aos meus colegas deputados, se quiserem fazer uso dela. Luiz Paulo, quer fazer uso? Daqui a pouco? Deputado Caiado? Então, com a palavra o deputado Carlo Caiado.

O SR. CARLO CAIADO - Bom-dia a todos. Cumprimentar aqui o presidente. Vou ser o mais sucinto possível para dar oportunidade de todos poderem falar, mas quero cumprimentar aqui o secretário. Importante a sua presença aqui de forma permanente, não só hoje, eu tenho certeza, porque eu o conheço, será feita. Os técnicos aqui presentes. O senhor citou muito bem o Claudino. Eu conheço há muitos anos a sua capacidade técnica. E lamento, como sempre, o papel que o antigo presidente da Ceda fez de ter eliminado a memória da Ceda. E do Claudino é um deles. E, para todos aqui terem conhecimento, a gente sempre bateu junto com o presidente da comissão que isso não ocorresse, e ocorreu. Eu queria citar isso. E que, de forma bem sucinta aqui, colocar três pontos para os quais eu queria depois esclarecimento dos técnicos do secretário. O primeiro é logicamente a questão que nós estamos vivendo na Região Metropolitana, no estado como um todo, em vários municípios, mas eu queria atentar aqui para uma questão que logicamente é uma preocupação de todos. Eu queria entender responsabilidade, secretário. Com relação ao Inea e à Prefeitura do Rio. Em 2007, foi feito até um convênio, e algumas responsabilidades foram colocadas. E a maior preocupação nossa é que hoje há uma parte - vamos dizer assim - política mesmo de que forma a responsabilidade quanto aos canais, lagoas e rios da cidade do Rio de Janeiro. A prefeitura fala que é o Inea, o Inea... Eu acredito que o Inea está com a certeza porque em 2007 foi assinado o convênio, que é a prefeitura através da Rio Águas. E é importante entender isso. E a outra questão também é que nós pudéssemos ter um esclarecimento que nós perdemos, no âmbito das Olimpíadas, a questão da disposição das lagoas da Barra. A gente tinha seiscentos milhões de reais disponíveis e acabou com problema de licitação, corrupção, sei lá qual foi o ocorrido na época. A gente precisava ter também um esclarecimento quanto a isso. E também trazer aqui uma boa notícia, que vem lá de trás. Foi uma luta nossa, de vários moradores e movimento, são as ecobarreiras, que foi licitado no final do ano passado. Ontem, se eu não me engano, foi inaugurada a primeira das cinco ecobarreiras. E a notícia boa também é que os ecobarros, que era uma luta nossa antiga, começaram a implementar o trabalho ontem... Hoje. Conseguem tirar trinta toneladas por dia de gigoga da lagoa. Logicamente o objetivo principal nosso, o nosso promotor José Alexandre Maximino sabe, acompanha, é o TAC, o termo de ajustamento de conduta do saneamento como um todo, que eu acho que isso vai resolver.

E, quando a gente fala de convênio, em relação à prefeitura também, peço a ajuda de vossa excelência de que busque essa responsabilidade porque as comunidades são de responsabilidade, em relação ao município, da Prefeitura do Rio. E a gente teve lá atrás o Programa Favela-Bairro, depois o Carioca, e hoje a gente não vê nenhuma ação, e a prefeitura colocando o tempo todo que quer devolver para o estado essa responsabilidade. Quanto a isso que eu estou falando, o promotor até conhece, nós temos uma ação do Ministério Público, que virou inquérito civil, sobre o Canal das Taxas, que é a NA 5.322. Eu lembro até hoje, e até hoje a gente não teve o final, porque não há um entendimento dessa questão, desse empurra-empurra prefeitura e estado, e a gente fica de mãos atadas. A sociedade, os políticos, todo mundo cobrando. O que vai acontecer? A responsabilidade é essa, é do outro. Então, esse TAC é fundamental que aconteça, não só relacionado ao Canal das Taxas, mas a despoluição como um todo relacionada à despoluição da Lagoa da Barra e do Recreio. Enfim, adjacências. Nesse sentido, queria até citar que eu sou autor de uma lei que é fundamental, que é transporte lagunar naquela região, que só é possível ser viabilizado se nós tivermos os canais disponíveis para poder ter esse transporte tão importante.

E, para finalizar, eu queria sugerir que o secretário pudesse liderar esse processo, que na época, quando a gente era vereador, a gente conseguiu implementar somente num bairro, que foi o Recreio dos Bandeirantes, graças não só ao papel da câmara, mas o papel, sim, do movimento de despoluição do Canal das Taxas, pela sociedade civil e que criou uma força-tarefa. E o Claudino acho que deve recordar, porque na época estava na Ceda, e essa força-tarefa reúne todos os órgãos: Comlurb, Conservação, Rio Águas, Ceda, e o próprio Inea fez parte desse processo. Você abre bueiro por bueiro, vai identificando os setores que precisam ser feitos. Então, obras pontuais são feitas, e aquelas que não são de responsabilidade às vezes até da prefeitura, até do poder privado, você tem diálogo com o cidadão, às vezes até um cidadão daquele local não sabe que está agindo de forma errada.

Então, muitos problemas foram resolvidos. A gente queria dar uma sugestão que instituisse no Estado do Rio de Janeiro a força-tarefa pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente que pudesse fazer isso em todos os municípios e bairros que forem possíveis. E, se tiver uma liderança da secretaria, acredito que a gente terá um êxito muito grande. Eu não quero aqui me estender, mas o Claudino pode falar depois, do êxito da força-tarefa em que o Ministério Público também esteve presente - eu esqueci de recordar isso -, foi fundamental para vários pontos. Inclusive, nós fizemos uma vitória também na Barra, uma força-tarefa que estendeu, que vossa excelência, vossa senhoria estava presente, que foi sucesso total em poder ver e pontuar alguns problemas de saneamento. Enfim, para poder finalizar, então, eu só queria só reforçar essa questão da despoluição da lagoa da Barra, que não vi na apresentação. Se pudesse depois ter um parecer quanto a isso, que é fundamental, a gente precisa. Hoje, a poluição já está chegando à Macumba por meio também lá do quebra-mar da Barra, então, está uma... O problema todo que o estado está vivendo, mas a cidade, em função dessas lagoas, é fundamental da Baixada de Jacarepaguá.

Muito obrigado, presidente. Desculpe alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Aproveitando o gancho de vossa excelência, na gestão passada, secretário, a gente tentou algumas vezes, aproveitando o gancho do deputado falando da lagoa, desobstrução da lagoa de Piratininga, do Túnel do Tibau. A gente precisa, com urgência... Eu tenho certeza de que o senhor, à frente dessa secretaria, vai ajudar e muito nessa demanda que é importantíssima para a nossa cidade, para a cidade de Niterói, que precisa ter resgatada novamente a lagoa de Piratininga, a lagoa de Itaipu. Eu tenho certeza que a Secretaria de Meio Ambiente hoje, junto com o Inea, promotor, vai dar conta disso, porque a população que mora naquela região, a Região Oceânica, precisa muito daquele ecossistema, daquelas lagoas, porque elas estão morrendo. A gente precisa resgatá-las e principalmente, o quanto antes, desobstruir o canal do Tibau, o Túnel do Tibau.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Deputado, muito importantes suas considerações. Eu vou passar uma parte para a nossa subsecretária Diane falar sobre alguns comentários. Mas, de uma forma macro, para você ter ideia, nós pegamos a secretaria agora com um contrato de dragagem como nunca tinha sido visto nos últimos quinze anos. Contrato de dragagem apresentado, em andamento na secretaria, ele nomina os rios e os municípios. Em nenhum momento da história foi feito assim. Existe a contratação de máquinas e caminhões para dragagem para atender aos municípios. Era uma contratação,